

Direito Económico e Empresarial

Aula prática 1

28/09/09

Professora: Rita Cruz

Legislação – Sebenta

Caso 1

O Governo está a preparar uma reforma global do sector empresarial das forças armadas. O sector em causa é composto num conjunto heterogéneo de empresas envolvendo empresas de armamento, munições, construção e reparação naval, aeronáutica, etc. Um dos objectivos da reforma é autonomizar as várias unidades empresariais, permitindo-lhes que actuem no mercado fornecendo-lhes bens e serviços de acordo com a sua estratégia individual, sem esquecer o regular abastecimento das forças armadas e a persecução dos seus fins de natureza pública. Se fosse assessor do Estado, que solução sugeriria para a organização jurídica das empresas em causa. Justifique.

Caso 2

Duas empresas de engenharia, aproveitando-se da complementaridade existente entre as suas áreas de especialização pretende oferecer em conjunto os seus serviços no mercado, designadamente concorrendo juntas à obra do TGV e do novo aeroporto. Para esse efeito as empresas pretendem encontrar uma forma de formalizar esta sua associação. Considerando esta situação que tipo de organização jurídica devem adoptar? Justifique.

Caso 3

Maria, casada em regime de comunhão de bens com Carlos decide iniciar o seu negócio a cozinhar bolos para fora, para vender. Para este efeito constituiu

uma organização denominada “Maria confeitaria de bolos EIRL”. A sociedade de panificação limitada fornecedora habitual de farinha da “Maria EIRL”, credora desta no valor de 10.000€ pretende cobrar a sua dívida pondo uma acção em tribunal.

- a) Contra quem deve instaurar a acção, Maria ou “Maria EIRL”.
- b) Pode executar o imóvel pertencente a Maria e Carlos?

Caso 4

Dionísio, editor de Livros, cansado de trabalhar e desiludido pelo crescente desinteresse pela leitura, pretende-se desfazer do seu negocio. Acontece que a sociedade de que Dionísio é sócio e gestor acumulou diversas dívidas pelo que dificilmente encontraria comprador e só como fim a declaração de falência. O seu amigo João, também ele dono de uma editora está porém muito interessado nos espólio (de livros) de Dionísio. Haverá alguma forma de o Dionísio ceder o negócio a João sem ter que vender o seu negocio? Justifique.

- 1) Assim o dono do estabelecimento continua a ser o Dionísio, mas quem explora é o João.

Aula 2

12/10/09

Decreto lei – Governo. Número da lei/ano em que foram feitas data. 284/86 de 25 de Agosto.

Lei – Parlamento, esta é feita pela assembleia da república.

Uma empresa é uma organização de meios, corpóreos ou incorpóreos para realizar dados fins. É uma realidade económica. É necessário organizar juridicamente esta organização. Organização jurídica da empresa.



Página 3

Preâmbulo do decreto lei – Diploma – organização de empresas.

Capítulo 1 e artigos. SGPS aparece a página 17, neste decreto lei, porque não aparece no código das sociedades comerciais.

Página 21

Regime da ACE – Princípios, complementado pelo decreto lei da página 22. Temos sempre de invocar ambos os para analisar os ACE.

CEE e Conselho – Regulamento do conselho Europeu.

Final

Resolução Caso 1

Várias empresas que se vão autonomizar, lançar produtos para o mercado, e ao mesmo tempo abastecer as forças armadas. Excluimos as empresas EIRL.

Personalidade Jurídica – Logo à nascença tenho alguns direitos e deveres. Se me associo a uma organização eu quero que esta entidade tenha direitos e deveres que são diferentes de cada um daqueles que a constituem. Cooperativa – Não tem fins lucrativos, a ideia é entre eles fornecem produtos aos seus associados de forma mais barato. Se eles contribuem com bens ou serviços a preços inferiores ao mercado não obtêm lucros. Esta empresa não fornece bens entre si, umas às outras. EPE – Empresa pública, quem tem a gestão é o Estado. É feito um diploma para criar a empresa. Estão sobre a tutela do Estado. O capital e a gestão é posse do Estado.

Fim da sociedade – Lucro, não podem existir sociedades sem fins lucrativos. Mas ao venderem para as forças armadas não têm esse fim lucrativo, logo não pode ser uma sociedade.

Só pode ser, então, um Consórcio ou um ACE.

ACE – Qualquer um pode criar um ACE, quer seja uma pessoa singular ou pessoa colectiva. Cada empresa mantém a sua autonomia. Base 4, forma-se uma nova empresa. Agrupamento militar. Este ACE sela contratos, etc. Este ACE não pode ser constituído com qualquer fim, não pode ser constituído para obter lucros. Este ACE não tem fins lucrativas, visa facilitar a actividade económica das empresas associadas. As indústrias de papel reuniram-se para criar um ACE que visa proteger as suas florestas de fogos.

Consórcio – Não há uma entidade distinta das empresas associadas, elas vão unir-se para um dos objectivos no artigo segundo do decreto lei. Elas são unidas por um contrato.

Consórcio interno e externo – artigo 5to, interno – 1 liga aos terceiros. Externos – todos para fora. O consócio fornece bens e serviços e esgota-se no fim.

Como é que o ACE funcionaria? As empresas associadas organizam a logística e abastecimento às forças armadas, podendo estar a vender para o mercado. O consórcio só tem o fim lucrativo, logo não abrange a situação de venda às forças armadas.

Aula 3

19/10/09

Qual o fim do ACE? Prestar serviços às actividades das suas agrupadas. Base 1, número 1, página 21. Base II, alínea 1 – Pode ter lucros. Pode estar escrito no contrato que o ACE pode ter lucros, mas apenas vendendo a terceiros, às empresas do ACE vai vender a preço de custo. Artigo 15, pode ser multada se houver lucros.

Vão constituir um ACE.

Caso 2

Consórcio. Este caso é claro, vão-se unir para um dado objecto (construir o TGV) e obter lucros. Aqui não há personalidade jurídica. Enquanto o ACE é autónomo, distinto dos seus membros, no consórcios continuam a responder cada empresa por si. Alínea B do artigo 2. A alínea apenas abrange os actos preparatórios, estudos de mercado, das terras, afins.

Consórcio Interno vs. Externo - No interno há uma empresa que a fronte do consórcio, as empresas vão fornecer a estas empresas. No consórcio externo, apresentam-se nessa qualidade mas cada uma fornece separadamente as supplies para o mercado.

Consórcio interno – Um as empresas (B, C, D, E) fornece a empresa A com materiais e a empresa A vai fornecer os 3ros, o mercado.

Consórcio externo – As empresas fornecem o mercado de modo individual.

Solução deste caso: É um consórcio.

Caso 3

Artigo 11, primeiro, Maria tem um EIRL, estabelecimento individual de responsabilidade limitada. Vão constituir um estabelecimento e destacar um dado património. A sociedade contraiu uma dívida à sociedade panificadora. A panificadora quer instaurar o processo. Tem de ser à Maria porque a EIRL não tem personalidade jurídica (direitos e dever próprios). Os estabelecimentos, nas

peças colectivas, não adquirem personalidade jurídica logo à criação, tem de ser uma lei a atribuir.

No ACE há personalidade jurídica, Consórcio não tem, Cooperativa, sociedade e EPE têm. A EIRL não tem personalidade jurídica. A Maria não cria nenhuma personalidade separa dela própria.

No artigo 1 há uma separação dos bens entre o indivíduo e do estabelecimento. Artigo 10 – Regra geral, só responde pelas dívidas da EIRL o património afectado à mesma. O EIRL não responde pelas dívidas da Maria e Carlos. O banco não pode retirar o EIRL. Artigo 11 – A panificadora não pode ir buscar os bens pessoais para pagar as dívidas do EIRL. Há a excepção de falência, tem tantas dívidas que já não consegue solver as suas dívidas. No caso de falência o banco pode observar que houve violação do princípio da separabilidade e cessar os bens pessoais.

Uma sociedade que adopte a forma comercial:

- a) Tem que ter objecto comercial
- b) Não pode ter objecto civil
- c) Pode ter objecto civil**
- d) É sempre comerciante

Sociedade:

- Fim lucrativo;
- Personalidade jurídica.

Sociedade comercial: Fazer comércio, Reguladas pelo código das sociedades comerciais.

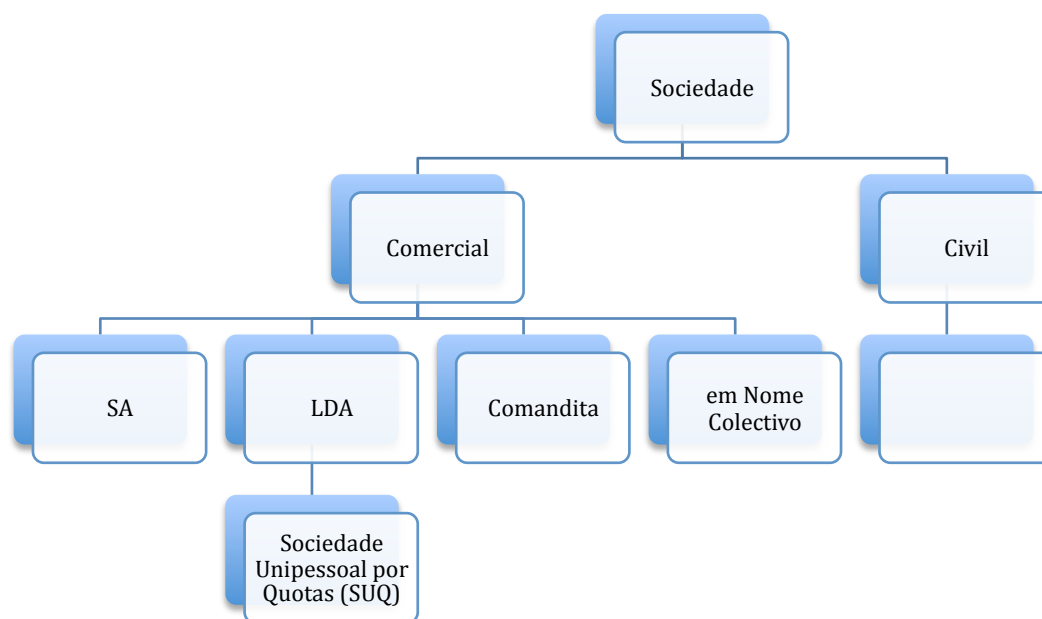
Princípio da Tipicidade – Só pode ter um dos tipos.

Sociedade civil – Não tem actividade comercial. Mas tem fim de lucro, exemplo da sociedade de advogados. Sociedades de profissões liberais. Reguladas pelo Código Civil. O direito Civil regula cinco matérias principais, direito da família (casamento, divórcio, adopção...), sucessão (herdeiros ou não), Direito das coisas (propriedades, o que faço como proprietário, coisas corpóreas) e direito das obrigações (código civil regula ligações entre credor e devedor). O

crédito pode ser arrendamento, compra e venda, empréstimo (civil (entre pessoas) e comercial (banco)), contrato de sociedade. A sociedade é um acordo, tem duas partes.

Responsabilidade civil – Acidente de carro, o outro paga-nos uma indemnização. Se há culpa de terceiro de dano sobre uma pessoa, tem de pagar uma indemnização ao acidentado.

Pode acontecer que uma sociedade civil possa querer adoptar uma sociedade comercial “Sociedade civil sobre a forma comercial”.



SUC – Apenas uma pessoa que forma uma sociedade.

SGPS

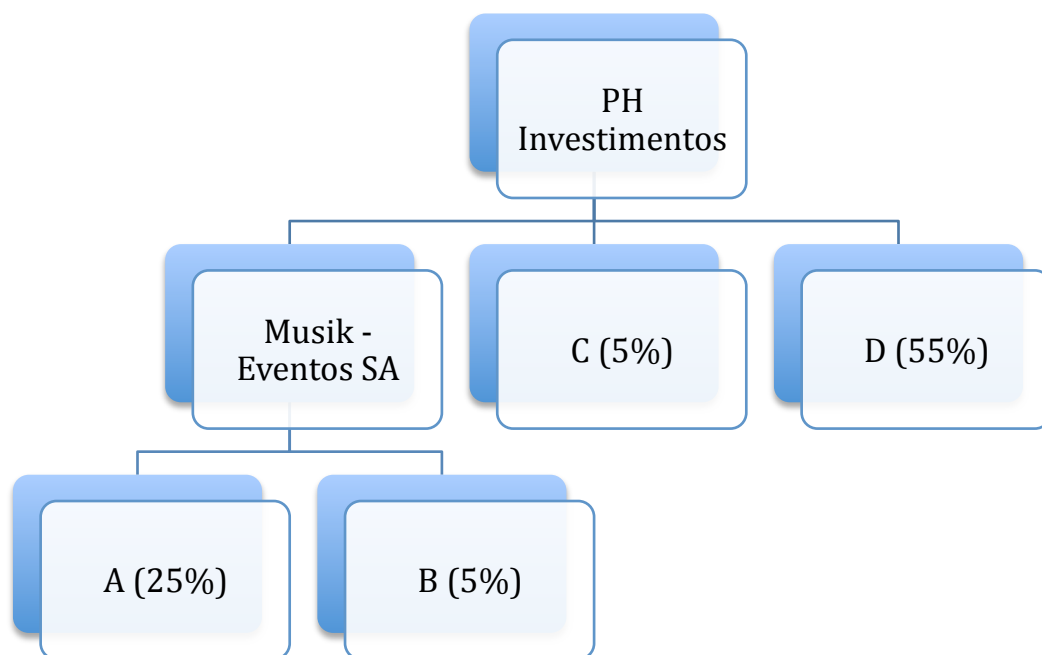
EIRL vs SUQ – Hoje já não há EIRLs, pois surgiu a SUQ. Têm em comum o facto de serem estabelecimento unipessoal. Uma sociedade é um contrato, mas que pressupõem mais que uma pessoa.

Aula 4

09/11/09

O que distingue uma sociedade comercial que se encontre numa relação de grupo de uma SGPS.

- a. Os respectivos órgãos sociais
- b. A forma jurídica que têm de ter
- c. O respectivo objecto social
- d. O capital Social



A PH investimentos é uma SGPS, uma holding, agora a Musik é uma sociedade anónima. Porque é que a Musik não é SGPS? esta também tem subsidiária (logo empresa em relação de grupo).

Uma SGPS só pode ter participações sociais a SA também tem uma actividade por detrás das suas posses.

Órgãos sociais: Assembleia geral (sócios); Órgão de administração (Administradores) e Órgão Fiscal.

A SGPS só pode ser uma sociedade anónima ou sociedade por Quotas. Artigo 2do número 1, do diploma das SGPS. Então a PH Investimentos tem de ser “SGPS,SA” ou “SGPS,Lda”.

1. Pode a PH deter uma participação de 5% na sociedade B?
2. Imagine que a participação na sociedade A foi adquirida em 10 de Janeiro de 2009, entretanto a PH teve uma proposta irrecusável de compra da mesma feita por um grupo internacional de música, pode vende-la?

Artigo 1, número 4, pode deter 5%; estes 10% exigidos no número 2 no artigo 1, para que os 10% tenham algum impacto na gestão da empresa, de acordo com o artigo 1 número 1.

Artigo 3, a), as participações onde têm menos de 10% somadas têm de somar uma participação inferior a 30%.

Pode deter os 5% na sociedade B.

2 – Artigo 5to, numero 3. Deste modo estamos a garantir que o investimento é efectivamente não corrente. E que em principio será para manter.

Caso 4

Desfazer o negocio – Vender a sociedade, através de um contrato de cessão de quotas do Dionísio. Pode encerrar o negócio através de um pedido de insolvência. Por último, pode fazer um trespasse. A sociedade mantêm-se, fica do Dionísio, (compra e venda do estabelecimento – Trespasse) transferência definitiva de um estabelecimento. Como trespasse eu continuo a manter todo o negocio mas o negocio vai ser transitoriamente a outra pessoa. Outra pessoa gere, fica com os proveitos, mas volta para outra pessoa.

Se eu trespasse o negocio o novo gestor não fica com a renda antiga, o senhorio pode actualizar as rendas.

Cessão de exploração – transitório, no trespasse é definitivo.

Caso 5

João e Pedro pretendem constituir uma sociedade por quotas para explorar um restaurante. João pretende contribuir com as instalações, um prédio na baixa lisboeta. E Pedro pretende contribuir com algum dinheiro e com o trabalho de cozinheiro.

- a) Indique quais os passos necessários para constituir a sociedade e elabore o respectivo contrato sociedade com os estatutos.
- b) Os sócios podem ser responsabilizados por dívidas da sociedade? Se sim, em que condições? E se fosse uma sociedade anónima.
- c) Pode o trabalho de Pedro constituir uma entrada para a sociedade?
- d) Os sócios podem ser obrigados a prestar suprimentos à sociedade?
- e) As contas da sociedade têm de ser objecto de revisão legal por um ROC?
- f) Quais os procedimentos a observar para a alteração dos estatutos?

Código, artigo 9no, página 44.

Aula Prática 5

23/11/09

Parte geral (artigo 1º ao 174):

S.N.C. (Sociedade em Nome Colectivo) – Artigo 175 a 196

S.Q. – Artigo 197 a 270 G;

S.A. – Artigo 271 a 473;

Soc. Comandita – Artigo 474 a 480;

Soc. Coligadas – Artigo 481 a 508.

Quanto as sociedades estão unidas em forma de grupo, há um regime especial para as regular, é este o das “sociedades coligadas”.

Artigo 7º – Contrato de Sociedade;

Artigos 20 e seguintes – Obrigações/Direitos dos sócios;

Artigos 53 e seguintes - Deliberações sócios

Artigo 64 e seguintes – Administração

Artigo 64 – Deveres fundamentais

Artigo 65 – Avaliação Anual da situação

Artigo 71 – Responsabilidade dos administradores

Artigo 85 e seguintes – Alteração de contrato social.

Sempre que esteja em causa uma sociedade comercial – Código das sociedades comerciais.

Outro tipo de organizações (ACE, Consórcio) – Sebenta.

Marca, firma e nome de estabelecimento – Todos estes distinguem-se.

Marca – Representa o produto. Faz-se o registo da marca no INPI. Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Firma – Conjunto de regras, qual o objecto social da empresa. Artigo 10º, conjugar minimamente o nome da sociedade com o objecto social. Não tem de incluir o nome dos sócios. No final tem de estar escrito “limitada”. Faz-se o registo da firma e estabelecimento no RNPC.

Firma, Sonae Distribuição, estabelecimento: Continente, marca: “é”.

Passos para a firma

- 1) Firma – No RNPC, JP, Restauração LDA.
- 2) Elaboração projecto de estatutos/pacto social/contrato sociedade
- 3) Capital Social – Imutável a menos que haja aumentos e diminuições explícitas do mesmo. O capital social corresponde ao montante das entradas dos sócios, em dinheiro ou em espécie. Depósito do Capital Social que ascende a 200.000€
- 4) Elaboração do contrato sociedade. Artigo 7mo, onde é que dirijo para realizar o contrato social. Escrito e reconhecimento das assinaturas (advogado, solicitador ou notário). Como há imóvel que dá entrada, a transição tinha de ser feita por escritura pública. Hoje em dia a “Casa Pronta” já não é necessário ir ao notário.
- 5) Quando é que ela adquire personalidade jurídica? Artigo 5to. Após o registo da sociedade no registo comercial.
- 6) Declaração de início de actividade, nas finanças.
- 7) Segurança social.

Elaborar contrato sociedade – Artigo 9no.

Estatutos

Artigo 1º

João, estado civil, residente, naturalidade, BI, NIF. Exemplo de 1 sócio. – Isto não está nos estatutos, está fora.

Tipo: a sociedade adopta o tipo de sociedade por quotas.

Artigo 2º

Nome da firma

Artigo 3º

Artigo 11 do código

Precisa de constar no contrato sociedade que podemos adquirir participações sociais em sociedades de objecto social diferente.

Artigo 4º

Sede – Artigo 12.

Artigo 5º

Artigo 20

Artigo 9 – remissão para 199.

O capital social é de 200.000€, subscrito e realizado integralmente (já depositaram). Artigo 202, remissão para 201. Realizado por: João Santos – Quota com valor nominal de 5.000€, correspondente a x%. O Pedro Santos titular de uma quota de valor nominal de 150.000€, correspondente a y%, face ao imóvel.

Artigo 9º, alínea h) – remissão para o artigo 28 (verificar artigo 28)

Se fosse uma sociedade anónima

Artigo 6º

Aula Prática 6

30/11/09

Estatutos (continuação) – Artigo 5to, capital social.

Sociedade em nome colectivo (SNC)

- 1) Artigo 175, um sócio de uma sociedade em nome colectivo, este responde pelas dívidas da empresa. Os sócios respondem pelas dívidas. Responsabilidade ilimitada.

Sociedade por quotas vs SA

- 1) Número de sócios 5 na anónima, artigo 273 – excepções SA subsidiária integral 488. Nas LDA são necessárias 2 pessoas, artigo 7mo, número 2. Excepções número 2. SUQ artigo 270^A.
- 2) Montante mínimo de capital social. Em LDA, 5000€ (artigo 201). SA , 50 000€ artigo 276.
- 3) Apesar de serem de responsabilidade limitada, não são iguais. Em SA, artigo 271, a responsabilidade do sócio pelas dívidas da sociedade corresponde à quantidade de acções que tenho - valor da entrada – Individual e exclusiva. SQ, artigo 198, respondem solidariamente tanto pelo seu valor de entrada (que tem sempre de responder) e solidariamente responde até ao valor do capital.
- 4) Formalização da participação social. Nas LDA, realidade imaterial, registo comercial. Nas SA há acções titulares ou escriturais (estão registadas na conta bancária, é imaterial, registo numa conta).
- 5) Estrutura de órgãos sociais. Artigo 246. AG (sócios deliberam). Há matérias que os sócios têm que deliberar. A gerência, em rigor nas LDA pode haver apenas 1 gerente. Por último temos o agente de fiscaliza, órgão de fiscalização. Artigo 262. Eu posso constituir uma LDA e o único órgão social que temos de ter é um gerente. Mesmo a parte da fiscalização o ROC só é necessário se forem ultrapassados 2 dos 3 limites no artigo 262. O conselho fiscal é optativo. Numa SA temos sempre uma estrutura mais pesada, tem de ter AG, artigos 373 a 389. A administração tem de se

reger por um dos modelos (modelo clássico: CA + CF). Modelo Anglo-Saxónico (CA + C. Adm. + ROC). Modelo Germânico, mudança de estrutura do BCP, agora há conselho de administração executivo, conselho geral de supervisão e ROC. O modelo clássico é ideal para as pequenas sociedade. Para as grandes deve ser o anglo-saxónico.

Artigo 278 – Alínea A), artigo 290 e seguintes.

- 6) Transmissão de participações sociais. O que nós fizemos no contrato sociedade é algo básico, só tem as normas simples. Há normas supletivas, há regimes da lei que podemos afastar nos estatutos. A transmissão de participações sociais pode ser mais aberto ou não. Regra geral, artigo 228, o sócio que quer transmitir as suas quotas tem de pedir autorização aos restantes sócios. Nos estatutos podemos dizer que mesmo os descendentes próximos sejam impedidos de passar a quota livremente. Artigo 229. Para as SA artigo 328. Número 1, o contrato social não pode excluir a transmissão de participações. Se as acções forem nominativas temos de exercer o direito de preferência dos outros accionistas (qualquer outro dos accionistas pode comprar), consentimento da sociedade (têm que autorizar). Se a sociedade não quer deixar vender, a sociedade compra, amortiza ou arranja comprador. São os únicos limites.

Aula prática 7

07/12/09

Se for sociedade anónima (artigo 272), há especificidades em realizar o contrato sociedade.

Caso 5

1.2 – Os sócios podem ser considerados responsáveis pelas dívidas da sociedade? Se sim em que condições?

Nas sociedades por quotas eles só podem ser responsabilizado individualmente até ao limite (artigo 197) do capital social. Em LDA podem ser responsabilizados solidariamente pelas entradas dos restantes sócios. Nas SA a responsabilidade é individual e exclusiva, pelo valor de entrada. Cada um dos sócios podem ter de pagar até ao capital social.

1.3 – Podia a entrada de Pedro constituir uma entrada?

Não, não é permitido sócios de indústria. As LDA e SA são sociedades de capitais, logo não admitem entradas de indústria, isto é, sócios de indústria. Artigo 178 – Sociedades em nome colectivo. Nestas é possível a entrada por indústria. Nas LDA e SA artigo 202, número 1.

1.4 – Os sócios podem ser obrigados a prestar suprimentos à sociedade?

Normalmente têm carácter voluntário, mas há situações em que é obrigatório.

1.5 – ROC?

Artigo 262, ultrapassar 2 destes 3 artigos. Mas nas SGPS (que podem ser LDA ou SA) já tem de ter um ROC.

1.6 – Quais os procedimentos a tomar para alteração de estatutos?

Quem tem autoridade para alterar os estatutos? Os sócios. Regra geral os sócios deliberam na AG. Para qualquer alteração do contrato (artigo 85), o que se

entende por alteração de estatutos? Qualquer alteração, supressão de cláusula ou modificar. Se mudar o nome, a firma, capital social, etc, exige alteração de estatutos, mas o que não exige é a transmissão e quotas. Artigo 265 – LDA; para SA – 386 – Remissão do artigo 85 número 2.

Procedimentos para alteração de estatutos? Convocar AG (248; remissão artigo 373, SA). Nas Sociedades por quotas pode ser convocada por carta. Em SA não, tem de ser, por exemplo, em anúncio de jornal.

Remissão do 248/3 remissão para 377/8.

A assembleia geral reúne-se.

SQ – Não há distinção entre quórum. Artigo 265. Para alterar estatutos são necessários $\frac{3}{4}$ do capital social.

SA – Quórum constitutivo – Número mínimo de sócios para a assembleia poder funcionar. A AG delibera (artigo 383/2 e 3) desde que estejam presentes os sócios que representem $\frac{1}{3}$ do capital social, isto para alterar contrato. Se não for necessário alterar contrato, qualquer quantidade de capital pode estar presente.

Quórum deliberativo – Número de votos mínimo de votos para aprovar uma deliberação – artigo 386. Para alterar estatutos é necessário $\frac{2}{3}$ dos votos emitidos, 386/3. Cada voto pode corresponder a uma acção ou um voto por cada 100 acções, caso os estatutos assim o deliberem.

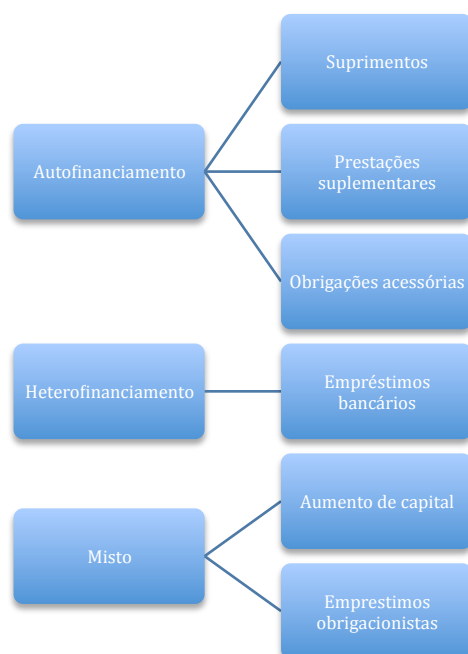
Execução – Efectuada pela gerência. Fotocopia da situação da sociedade no **Registo comercial**, isto é, alterar no registo.

Caso 6

Numa sociedade Anónima recentemente constituída para desenvolver projectos relacionados com energias renováveis pretende reforçar os fundos à sua disposição por forma a permitir-lhe efectuar um ambicioso projecto de investimentos. Identifique as soluções à disposição da empresa para essa finalidade, quais os procedimentos a observar e quais os órgãos competentes para a sua adopção.

Subcapitalização – A empresa não tem capital suficiente para os objectivos para prosseguir a sua actividade. Que instrumentos pode uma empresa aplicar para contornar esta situação?

- 1) Autofinanciamento (só os sócios) – Suprimentos; prestações suplementares e obrigações acessórias.
- 2) Heterofinanciamento (apenas por terceiros) – Empréstimos bancários
- 3) Misto (sócios mais terceiros) – Aumento de capital e empréstimos obrigacionistas (emissão de dívida pública, obrigações).



Obrigações acessórias – Artigo 209 LDA e artigo 287 SA

Suprimentos – 243 a 245

Prestações suplementares – apenas para LDA 210 a 213.

Aumento de capital (artigos 87 a 93); LDA – 266 a 269; LDA – 456 e seguintes.

Obrigações acessórias – Não tem que ser em dinheiro, o suprimento tem de ser em dinheiro ou num bem fungível (um bem que possa ser devolvido igual). Esta obrigação pode ser imposta a alguns sócios. Quando é em dinheiro passa a ser uma prestação acessória, tem de estar previsto no contrato. Onerosa ou gratuita. A sua restituição é independentemente da saúde financeira da empresa. O contrato pode prever a falta de cumprimento. Nos estatutos pode estar expressa a possibilidade de expulsão do sócio se ele não prestar prestações acessórias.

Obrigação diferente de dinheiro – se dinheiro prestação acessória; provisão contratual – tem de estar escrito no contrato.

Suprimento – Contrato pelo qual o sócio empresta dinheiro ou outro bem fungível. Como podem ser convencionados os suprimentos: (é necessário que esteja no contrato que é exigido o suprimento dos sócios? 244)

- Previsão no contrato – são prestações acessórias.
- Não está previsto no contrato mas há deliberação em que cada sócio tem de dar dinheiro – Só eficaz para quem vota favoravelmente.
- Não está previsto nem é deliberação e parte da iniciativa do sócio. Em regra geral são voluntários. Contrato sócio com a sociedade. Regime, quando é que estamos perante um suprimento? Requisitos essenciais, artigo 243 e seguintes. 1º modalidade, fazer empréstimo com prazo mais de um ano. 2º modalidade, diferimento do reembolso do crédito. 3º modalidade, aquisição de crédito a terceiro. Só quem é sócio, na altura do suprimento é que o pode realizar. Artigo 243/6 – normalmente é reduzido a escrito, também para fiscalização. Não é obrigatório que ofereçam juros. Para reembolso do suprimento só quando há o princípio da intangibilidade do activo. Não tem regras definidas, a sociedade pode pedir empréstimo bancário para restituir os suprimentos. A sociedade não tem de ter dinheiro disponível.

Aula prática 8

14/12/09

Aumentos de capitais

SQ: 266 a 269

SA: 456 a seguintes



Nas SQ este aumento é deliberado pelos sócios

Nas SA esta deliberação é determinada pela gerência artigo 456.

Se a acta nada disser sobre o aumento de capital que fica com o onus é o administrador ou gerente, este tem a obrigação de cobrar os aumentos de capitais por entradas. Não pode ser apenas uma operação contabilística, os administradores ou gerentes têm de cobrar e provar estas entradas (artigo 509). Pode ser acusado criminalmente caso os administradores não cobrem ou dizerem que cobram e não o fazem.

Se o administrador cobrar mas os accionistas ainda não pagam, passado um ano esta acção caduca. As entradas em espécie não podem ser diferidas como as entradas em dinheiro.

São emitidas novas acções ou aumento o valor nominal de cada acção. Eu tenho o direito de preferência, mas se eu não tiver dinheiro este passa para o resto. Eu também posso alienar este direito de preferência.

A sociedade pode limitar ou eliminar o direito de preferência dos sócios (artigo 460), apenas nas sociedades anónimas. Apenas quando o direito social o permita, podemos querer a entrada de um novo sócio, pelo know how ou algo do género.

Neste caso 6 eles devem optar pela entrada de dinheiro.

Concorrência

Caso 1

Um hipermercado nos arredores de Lisboa tendo feito uma encomenda excessiva de chocolates e vendo aproximar-se a data limite para o respectivo consumo resolve promover a venda desses chocolates por metade do respectivo preço de custo.

- a) Tal pratica não é admissível;
- b) Tal acto é lícito (legal);
- c) A alienação está sujeita a autorização prévia da Direcção Geral da Concorrência;
- d) A venda tem de ser previamente comunicada à Autoridade da Concorrência.

Resposta: B), artigo 3ro, número 4 alínea a).

A legalidade de uma operação de concentração de duas empresas que se dedicam à exportação de material de calçado é:

- a) Apreciada à lei Portuguesa que regula a concorrência;
- b) À luz da legislação comunitária;
- c) Apreciada por ambas;
- d) Totalmente livre de restrições;

Resposta: Lei 18/03 vs Leis do tratado de Roma, página 94. Se o comportamento das empresas for susceptível de afectar o comércio entre os estados membros isso conduz à aplicação do direito comunitário ainda que as empresas sejam nacionais. Se as empresas fossem nacionais e exportassem para os USA a lei a aplicar é a Portuguesa. Por ambas se a exportação tanto é para o estrangeiro como para dentro da UE.

Em Março de 2000, a SIC, a PTMultimédia e a TVCabo celebraram o acordo de parceria por um prazo de 10 anos que atribui à SIC um direito de preferência no fornecimento de canais temáticos produzidos em português e em Portugal para o pacote básico da TVCabo. O mesmo contrato prevê a atribuição ao grupo PTMultimédia da comercialização exclusiva dos canais de acesso não condicionado produzidos pela SIC. A autoridade da concorrência condenou estas empresas por terem celebrado entre si o contrato que contém cláusulas restritivas da concorrência.

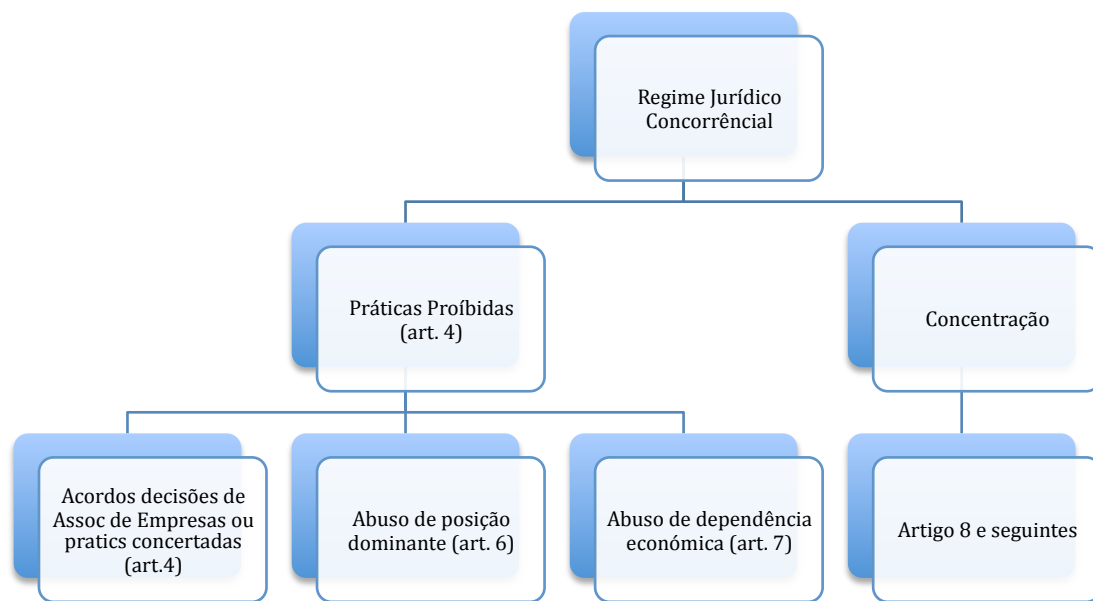
Resposta: Artigo 8 e seguintes. Artigo entre SIC e TVCabo, preferência de canais temáticos (sic mulher, ...) se a TVCabo quer produzir canais temáticos a SIC tem preferência. No segundo acordo, a Cabovisão não podia vender os canais da SIC.

Página 52 – Práticas do empresário individual, exemplo do primeiro caso, quer saber se pode vender a metade do preço de custo. Página 56 – Regime jurídico da concorrência.

Diploma da concorrência, regime jurídico da concorrência (18/03)

Estão sujeitos a notificação prévia:

Quando há uma fusão de empresas elas têm de notificar a Autoridade da concorrência quando o volume de negócios for superior a 150 milhões de euros OU quando a quota de mercado supera os 30%. Normalmente a Autoridade da concorrência tem o mercado geográfico relevante, o mercado do produto ou serviço relevante (manteiga, leite, ...), não só o bem em causa mas o sucedâneo (os substitutos). E mercados relacionados.



Abuso de dependência económica – Fornecimento exclusivo, apenas 1 exclusivo, nós não podemos impedir o nosso cliente de procurar outros fornecedor.

Artigo 8 – Fusão, aquisição, número 3 – para ter controlo de uma empresa posso ter controlo desde que isolado ou em conjunto exerça uma influência determinante A concentração não é só fusão, pode ser também aquisição de activos ou direito de controla-los.